

ATA DA REUNIÃO INTEGRADA DOS COMITÊS DE MONITORAMENTO BLOCOS 1, 2, 3 E 4

Aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às 14h, no Palácio Guanabara, rua Pinheiro Machado, s/n.º Prédio Anexo - Térreo / Laranjeiras e por meio da plataforma digital de videoconferência Zoom Meetings, realizou-se a Reunião Integrada dos Comitês de Monitoramento dos Blocos 1, 2, 3 e 4, instaurados para exercer o controle social através da participação no processo de formulação de políticas, planejamento, regulação, fiscalização e avaliação dos serviços públicos no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme disposto no Anexo XII dos Contratos de Concessão.

A proposta de pauta da reunião, que foi anteriormente divulgada, era:

1. Aprovação da ATA da Reunião Integrada do dia 12/12/2023;
2. Andamento do Grupo de Trabalho (GT) No. 02 - Avaliação dos Indicadores de Desempenho e Relatórios FIPE 2023;
3. Participação dos Comitês de Bacia e acompanhamento do contrato com a CEDAE (indicação de GT);
4. Programação anual de acompanhamento dos indicadores de desempenho (períodos de estruturação de GTs para essa finalidade) - conforme Capítulo III, que trata das atribuições dos Comitês, no item IX - Elaborar plano de trabalho anual do Regimento dos Comitês;
5. Marcar Assembleia Geral, resumo das ações e das dificuldades de 2023/2024 (Abril/24), lista de convidados - conforme especificado no Capítulo III do Regimento dos Comitês, que trata das atribuições dos Comitês, no item X - Convocar anualmente assembleia aberta consultiva para a população, com apresentação do Relatório Anual dos trabalhos do COMITÊ ; e
6. Assuntos Gerais.

Havendo quorum, a reunião foi presidida pelo Presidente Sr. Licínio M. Rogério, da Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro – FAM RIO do bloco 1 (um), com as participações dos presidentes: Sra. Adriana Sotero Martins, da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, do bloco 4 (quatro), Sr. Eduardo Figueira, da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca – CCBT, do bloco 2 (dois) e o Sr. João Ricardo de Mattos Serafim, da Federação das Associações de Moradores do Município RJ/FAM-RIO, do bloco 3 (três).

Demais participantes: Sra. Flávia Constantino, do Município de Seropédica; Sra. Ilca Bezerra, dos Usuários Domésticos, bloco 4; Sr. Gilvoneick de Souza, da Instituição Defesa; Sra. Natasha B. Handam, da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz; Sr. Mario Amaro, do Município de Piraí; Sr. Sildecir Alves Ribeiro, da Prefeitura de Itaocara/RJ; Sr. Marcelo Guimarães Araújo, da Fundação Oswaldo

Cruz – FioCruz; Sr. Humberto Garcia, do Município de Mesquita/RJ; Sra. Kelly Felix, da Associação Brasileiras das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto; Sr. Halphy Rodrigues, do Comitê das Bacias Hidrográficas da Baía de Guanabara e Sistemas Lagunares; Sr. Luiz Edmundo Horta Barbosa da Costa Leite, da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro/SEAERJ; Sr. Danilo Goretti Villa Verde, do Município de Saquarema; Sr. Tiago Veras, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro/MPRJ; Sr. Ricardo da Conceição Barbosa, do Município de Paty do Alferes; Sra. Adriana Bocaiuva, do Comitê da Baía de Guanabara; Sr. Firmo Ferreira Daflon, Secretário de Meio Ambiente do Município Macuco; Sr. Morvan Nobre, da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro – SEAERJ; e Sra. Graciana Cardoso, do Município de Saquarema.

Na sequência, procedeu-se à aprovação da pauta e da Ata da reunião ocorrida no dia 12 de dezembro de 2023.

Dando continuidade ao item 2 da pauta: **“Andamento do Grupo de Trabalho (GT) n.º 02 -Avaliação dos Indicadores de Desempenho e Relatórios FIPE 2023.”** O Sr. Eduardo Figueira, manifestou-se informando ter encaminhado um e-mail para a FIPE, e até o momento não recebeu nenhum retorno. Logo, a Sra. Natasha B. Handam, do Grupo de Trabalho, apresentou-se, informando que foi feita a solicitação dos documentos por e-mail para a AGENERSA. Porém, não houve retorno dessa documentação, impossibilitando o andamento dos trabalhos.

Com a palavra, em complemento, a Sra. Adriana Sotero Martins, informou que solicitaram por e-mail para a AGENERSA, no dia 18/12/2023 através da *Carta 05/2023 – Pedido de Documento para o GT 02_2023*, foi projetado e realizado a leitura do texto da carta para que todos tomassem conhecimento do que foi solicitado, assim como a resposta encaminhada somente para o e-mail da Sra. Adriana Sotero, no dia 29/12/2023, informando que estavam providenciando os documentos. No dia 22/12/2023 também foi solicitado outros documentos relacionados também com o escopo do Grupode Trabalho, através da *Carta 007/2023 - Projetos Executivos – Solicitação de Documentos sobre Despoluição da Baía de Guanabara*, e essa foi respondida dia 04/01/2024, por somente foi enviada para o e-mail dessa presidência, e como estava de férias não retornou aos demais com a agilidade necessária. Em relação ao e-mail encaminhado no dia 18/12/2023, uma satisfação de resposta somente foi dada após uma reclamação feita ao presidente da AGENERSA por vias extra oficial, após uma conversa. No que se refere ao e-mail do dia 28/12/2023, a resposta veio de forma parcial, acusando o recebimento e disponibilizando os anexos apenas de **“Cronograma bloco 1 e Cronograma bloco 4, faltando do bloco 3.”** Logo, o Sr. Eduardo Figueira, salientou a relevância de estabelecer uma rotina com a AGENERSA de fornecimento regular desse tipo de documento, e também com a FIPE. Pois, elas são mensais, semestrais e outras são anuais.

O presidente Licínio M. Rogério, cedeu a palavra ao Sr. Humberto Garcia, que em síntese pontuou que esses dois pontos distintos têm peculiaridades diversas. Porém, são pontos em comum que é a transparência, que esses documentos já deveriam estar disponíveis com risco de nulidade e ter que refazer o ato de criação do GT. Logo, acrescentou que uma coisa é solicitar a AGENERSA que encaminhe um documento ‘x’ outra coisa é esse documento que está sendo solicitado, visto que é obrigatoriamente necessário que esteja disponível, pedir esclarecimentos quando as empresas não fornecerem informações a contento.

A palavra foi cedida a Sra. Adriana Sotero Martins, que, por sua vez, citou que solicitaram quando estiveram no Palácio Guanabara, acesso ao SEI/RJ. E fez dentro do sistema do governo do estado, informando que era presidente do bloco 4, e que gostaria de estar acessando o SEI para que os pedidos fossem feitos diretamente no SEI, com assuntos claramente descritos. Logo, ressaltou que o 'Sistema do SEI da Agenesra é uma "bagunça", a descrição dos documentos não remete ao tema nem ao conteúdo do documento, citou o caso do título equivocadamente do documento com assunto "Regimento Interno", mas trata-se da minuta que foi discutida e modificada durante as reuniões de discussão do regimento. E que o documento do Regimento Interno Aprovado se encontra com em outro número SEI com o título de "Anexo", portanto não sendo possível a população saber onde está o Regimento que foi aprovado, e que estamos usando, ou seja, fica impossível localizar um documento que não vem descrito um título adequado que remete ao anexo de qual e-mail se trata, nesses termos que considera uma "bagunça" o SEI/Agenesra, pois não sabe como procurar um documento dentro do sistema. Alegou que não tem o tempo, nem uma pessoa para ficar procurando onde estão os documentos, pois dá forma que está não há condições do acesso à informação rapidamente. Por isso que queria enviar dentro do SEI com o assunto correto pelo menos o que é do Comitê. Ou que digam qual é o número do SEI que remete a cada documento, não dá para informar um SEI de um processo que tem vários documentos dentro, disse Adriana reclamando, que não dá para tratar os membros do comitê que se dispõem a ajudar e trabalhar para a coletividade, sem receber nada por isso dessa forma. E que considera que um documento sem resposta adequada é uma desconsideração, pois não permite o GT iniciar os trabalhos. Disse ainda que há muitos documentos com a chave lacrando, que precisa pedir acesso para ter conhecimento do conteúdo, e com esse prazo de resposta de 30 dias para enviarem resposta com números e descrição que não permitem a identificação do documento, o grupo de trabalho levaria tempo para identificar os documentos solicitados.

No uso da palavra, o Sr. Licínio M. Rogério, sugeriu uma reunião com a AGENERSA, para definir todos esses pontos citados. Pois, toda reunião mensal temos várias reclamações, e as demandas dos comitês vem sendo "empurrada com a barriga". Sr. José Ricardo disse que essa reunião com eles precisa ser oficial, tenha ata e que seja gravada, mas também permita ser assistida ao vivo. Logo, o Sr. Gilvoneick de Souza, fez uso da palavra reclamou que já faz um ano e "estamos nadando de remada e não saímos do lugar", pois estamos sendo desconsiderados pela Agenesra, e disse que os comitês precisam acionar o Ministério Público pois a informação que vem sendo solicitada é pública, e ela precisa estar disponível e de fácil acesso, disse que não adianta conversar com a Agenesra. Portanto, sugeriu criar um documento citando todas essas "bagunças" no SEI, de modo que o Ministério Público juntamente com as partes poderá fazer um termo de ajustamento de conduta.

O Sr. Licínio M. Rogério cedeu a palavra ao Dr. Tiago Veras, do Ministério Público, que em suma destacou *"Em complemento a sugestão feita agora. Caso isso seja aprovado aqui pelo plenário, eu solicito que esse ofício seja feito de forma circunstanciada narrando todas as negativas no fornecimento de informações, documentos e que além dessas informações no ofício, sejam anexados os documentos, com a devida negativa ou o indevido retardo no fornecimento dessas informações."* Com tudo, o Dr. Tiago Veras, esclareceu que o ofício pode ser entregue diretamente para ele ou para a coordenação do Cal Meio Ambiente, sendo a procuradora Dra. Patrícia Rosa, que dá no mesmo que eles vão determinar a distribuição para um dos promotores naturais do meio ambiente. Rapidamente o Sr. Licínio M. Rogério indagou *"Mas esse assunto do Comitê, ainda não foi distribuído nada ainda para o promotor do meio ambiente?"* em resposta o Dr. Tiago Veras, respondeu *"Já foi para outros assuntos. Cada assunto gera um inquérito civil ou um procedimento administrativo autônomo e vai a*

livre distribuição.” Continuou, “Sobre o funcionamento do Comitê, sim. Sobre a falta de estrutura material e operacional para o funcionamento do Comitê já foi distribuído, sobre a falta de material para o operacional dos comitês.” Logo, o Sr. Licínio M. Rogério questionou que deveria ser falado ao promotor, pois, é o mesmo assunto. Em contrapartida, o Dr. Tiago Veras, entende ser dois assuntos são distintos. Portanto, concluiu “Um assunto é a falta de estrutura para o Comitê poder efetivamente funcionar de forma material. O outro assunto é a negativa de informação, com a eventual ofensa à lei de acesso à informação por parte da agência controladora, da AGENERSA.” Em seguida o Dr. Tiago Veras disponibilizou o número distribuído a capital, que se segue:

“A representação acima foi distribuída para 4ª Promotoria de Tutela Coletiva do Meio Ambiente da capital. Ganhou número MPRJ 2023.01269478. Telefone Protocolo das PJ MA Capital: (21) 2240-2064. Consulta de andamento: <https://www5.mprj.mp.br/consultaPublica/>”

Diante do exposto, a Sra. Adriana Sotero Martins agradeceu o encaminhamento do representante do Ministério Público sobre essa negativa sutil, e disse que chegou a perguntar por duas vezes sobre uma resposta, pois o GT estava parado, mas não foi dada nenhuma resposta, somente após o Licínio perguntar que foi enviada uma resposta que estavam providenciando. Ela sugeriu conceder mais um mês além do estipulado na resolução de criação do GT, após o recebimento dos documentos. Pois, o Grupo de Trabalho só pode apresentar os trabalhos mediante o recebimento dos documentos solicitado na AGENERSA. Por unanimidade foi aprovado que, o Grupo de Trabalho (GT) iniciará a contagem do prazo de validade do GT a partir do momento que a AGENERSA entregar os dados solicitados. O Sr João Ricardo disse que gostaria de ouvir a Sr. Kelly, pois foi solicitado as empresas documentos sobre o que elas falaram no jornal.

O Sr. Licínio M. Rogério disse que primeiro precisamos resolver a questão inicial e propôs solicitar uma reunião com o Dr. Rafael Menezes, presidente da AGENERSA, juntamente com a presença do Ministério Público para resolver pendências. A Sra. Adriana Sotero Martins relatou que concordava com o encaminhamento do Sr. Gilvoneike que levou a sugestão do Sr. Tiago Veras do MP, de fazer também um ofício falando sobre as circunstâncias do retardo.

A palavra foi cedida ao Sr. Eduardo Figueira, que por sua vez fez um resumo de três ações concomitantes. Sendo elas: “1 - Fazer realmente essa manifestação ao Ministério público com relação a esses obstáculos da AGENERSA; 2 – Marcar reunião na AGENERSA e 3 – Tentar manter a conversa com a FIPE, pois conseguir esses dados de forma informal, o trabalho continua, embora ele esteja brigando lá para poder ter a formalização disso.” O Sr. Licínio M. Rogério acrescentou uma quarta ação concomitante que é uma reunião, inclusive já marcada com a Águas do Rio para tratar dos problemas que ocorre em Maricá, que a água entra somente a cada 15 dias para a população, e nessa reunião vai aproveitar para perguntar sobre o Relatório que a Águas do Rio enviou, que considerou um vexame. Com a palavra, o Sr. Humberto Garcia, sugeriu que a reunião de mediação fosse feita no Ministério Público com a presença da AGENERSA.

Portanto, o Sr. Eduardo Figueira citou as seguintes propostas: “1 - Manter o contato informal com a FIPE no sentido de obtenção desses dados de uma maneira mais simples. Isso não prejudica de forma alguma a parte formal com a AGENERSA. Mas se a gente consegue esses dados, a gente consegue fazer com que o Grupo de Trabalho comece a funcionar mais rápido; 2 - Oficiar o Ministério Público sobre os atrasos que a AGENERSA vem impondo as demandas do Comitê, não só sobre informações,

mas de forma reiterada, sobre as coisas todas; e 3 - Pedindo uma reunião de conciliação realizada no Ministério Público com a AGENERSA, mas já com a distribuição dessa representação.”

Em vista disso, o Sr. Licínio M. Rogério indagou se havia alguém contra as propostas apresentada. Por meio do chat o Dr. Tiago Veras do Ministério Público registrou *“Não exercerei o direito de voto nesta e em futuras reuniões, na esteira de minha manifestação nas outras reuniões, pois exerço a coordenação do GTT-SH.”* a Sra. Kelly Felix, também registrou *“Me abstenho na votação desse tema.”*

A palavra foi cedida a Sra. Ilca Bezerra, que por sua vez indagou *“Uma vez acionando o Ministério Público para reclamar essas demandas mal atendidas pela AGENERSA. Eu gostaria de saber. Em se tratando de uma Agência do Governo, se eles também procedem naturalmente, uma primeira tentativa de conciliação, ou se não, se já é outro tipo de tratativa, essa reunião que a gente está sugerindo faria parte já de um procedimento no Ministério Público ou não?”* Em resposta, o Dr. Tiago Veras explicou, *“Eu não posso responder pelo promotor natural porque o promotor natural é quem vai decidir se ele vai instaurar, qual é o procedimento que ele vai instaurar, qual vai ser o rito que ele vai instaurar. O que eu posso dizer é que, normalmente, por exemplo, quando eu atuo, a gente instaura um procedimento, pede informação e sempre tenta uma atuação resolutiva. Fazer uma reunião com as partes, tentativa de recomendação de acordo antes de qualquer tipo de providência judicial.”* Por unanimidade as propostas foram aprovadas.

A Sr. Adriana pede também para votar a aprovação do prazo do GT, em vista desse tema o Sr. Eduardo e a Sra. Kelly Felix, concordaram que todos os GTs que necessitarem de recebimento de documento da AGENERSA ou de outro órgão, disponha do prazo a partir do recebimento dos documentos. Sr. Humberto complementou que precisam de prazo para fazer as leituras e análises, a Sra. Adriana explicou que esta previsto no regimento que o GT pode solicitar mais prazo justificando os motivos que não permitiram concluir os trabalhos e ficar mais tempo em funcionamento, por isso que pediu para registrar me ata essa deliberação. Sr. Eduardo falou que esse é um aprendizado que vamos ter GTs com temas até mais densos futuramente e já estamos vendo como os GTs funcionam com necessidade de dilatação de prazos.

Mais uma vez tivemos problemas na infra-estrutura, os presidentes que estavam presencialmente ficaram sem ouvir os demais, que acompanhavam virtualmente. A Sr. Adriana Sotero e Sr. Licínio registraram falas que isso poderia estar contornado se a reunião estivesse na Agenera, pois a equipe saberia onde solucionar rapidamente, fazer reuniões na “casa” de outros é difícil para os funcionários da Agenera resolver os problemas técnicos.

Dando continuidade aos trabalhos, a Sra. Adriana Sotero Martins, encaminhou que o item 3 da pauta: **“3. Participação dos Comitês de Bacia e acompanhamento do contrato com a CEDAE (indicação de GT).”** Fosse em conjunta com o item 4 da pauta onde trata de **“4. Programação anual de acompanhamento dos indicadores de desempenho (períodos de estruturação de GTs para essa finalidade) - conforme Capítulo III, que trata das atribuições dos Comitês, no item IX - Elaborar plano de trabalho anual.”** Onde possa criar um GT, em que os Comitês de Bacia, sejam convidados também a tratarem sobre esse tema de acompanhamento do contrato com a da CEDAE. Entretanto, o presidente Sr. João Ricardo de Mattos, sugeriu que ao precisar de informações se faça contato diretamente aos Comitês de Bacia, onde possa convocar um membro do Comitê que tenha informações que ajude sobre o monitoramento da CEDAE, uma vez que não adianta criar GTs sem ter

peças para trabalhar. O Sr. Gilvoneick de Souza pontuou a necessidade de criar um GT ou um Grupo Técnico para convidar pessoas técnicas para discutir os problemas dos Comitês que tem hoje no Estado do Rio de Janeiro, pois na sua opinião é inadmissível ter Comitês e não apresentarem resultado satisfatório. A palavra foi cedida ao Sr. Halphy Rodrigues, que em suma destacou o trabalho com relação aos investimentos do Comitê de Bacias da Baía de Guanabara, onde estão fazendo há anos o monitoramento da Baía de Guanabara e de corpos hídricos na área de atuação do Comitê da Baía de Guanabara. Esse monitoramento consta o histórico desses pontos de índice de qualidade e quantidade da água. Desta forma, por meio do chat o Sr. Halphy Rodrigues disponibilizou o site e informações para consulta que se segue:

<https://comitebaiadeguanabara.org.br/monitoramento-quali-quantitativo/>

Desde a Campanha 1 - Outubro/2021; Até a Campanha 25 - Outubro/2023; Mês a Mês o Monitoramento QualiQuantitativo. 1 Relatório Técnico; 1 Relatório Simplificado e 1 Relatório Fotográfico.

A Sra. Kelly Felix, opinou a importância da necessidade de ter em mente que a própria CEDAE também deve prestar esclarecimentos quando for necessário, conforme o que tiver disposto no contrato de interdependência. Em continuidade, o Sr. Halphy Rodrigues, destacou que ao ter dificuldades de receber as documentações por parte da Agência Reguladora para começar os trabalhos do GT, se faça a avaliação da documentação que está disponível dos Comitês de Bacias, principalmente do Comitê da Baía de Guanabara. Em continuação salientou estar à disposição para fornecer todos os dados, todo o histórico de monitoramento de todas as bacias da RH 5, onde é exatamente a região metropolitana do Comitê da Baía de Guanabara.

O Sr. Licínio M. Rogério cedeu a palavra a Sra. Adriana Bocaiuva, que por sua vez, sugeriu criar um GT com a competência de tratar a 'qualidade da água dos cursos hídricos' e buscar, por exemplo, dados junto às concessionárias sobre os monitoramentos que vem sendo feito. Com a palavra, o Sr. Danilo Goretta Villa Verde, citou e mostrou a sua preocupação para com o Município de Saquarema. Pois, em seu relato, existe uma pequena parte do município, sendo o terceiro distrito que está dentro da concessão dos blocos. Dito isto, a concessionária do município apresentou o PDA (Plano Diretor de Água) e PDE (Plano Diretor de Esgoto) do município de Saquarema, porém, a apresentação foi feita somente para a AGENERSA, e ao chegar nas suas mãos, havia vários erros, portanto, solicitou a concessionária a correção. O seu receio é que em três anos eles já deveriam estar fazendo melhorias para o município, uma vez que não tem nenhum estudo se os corpos hídricos vão aguentar o aumento da demanda populacional. Logo solicitou ao Comitê, ajuda para cobrar das concessionárias.

Por unanimidade, a proposta da Sra. Adriana Sotero Martins, em complemento com a da Sra. Adriana Bocaiuva de ***“Criar um GT, onde os Comitês de Bacia possam fazer o acompanhamento dos indicadores de desempenho, para acompanhar a qualidade das águas, onde haja realmente um avanço nas questões das condições sanitárias, denominado GT de Monitoramento da Qualidade das Águas dos Cursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, subordinado ao Comitê de Integração.”*** foi aprovada pela plenária. Para compor o Grupo de Trabalho, se candidataram, além dos quatro presidentes dos blocos, as Sras. Natasha Handam, Ilca Bezerra, Kelly Felix e Adriana Bocaiuva. Logo, a Sra. Adriana Sotero Martins, deixou em aberto que qualquer membro pode participar do Grupo de Trabalho.

Em relação à data de entrega do relatório do Grupo de Trabalho, n.º 01, que trata dos conflitos de interesses por parte da ABCON e do Sr. Mario Porto, a Sra. Adriana Sotero Martins, solicitou a

antecipação para o dia 15 de fevereiro, data da reunião integrada do Comitê. Em contrapartida, a Sra. Kelly Felix discordou, solicitando que seja entregue no prazo estipulado e aprovado em reunião para a data de 16 de fevereiro do ano corrente. Sendo assim, o relatório será entregue dia 16 de fevereiro do ano corrente e apresentado na reunião integrada do dia 12 de março do ano vigente.

Em continuidade ao item 5 da pauta **“5. Marcar Assembleia Geral, resumo das ações e das dificuldades de 2023/2024 (Abril/24), lista de convidados - conforme especificado no Capítulo III, que trata das atribuições dos Comitês, no item X - Convocar anualmente assembleia aberta consultiva para a população, com apresentação do Relatório Anual dos trabalhos do COMITÊ.”** Por unanimidade, foi aprovado que a Assembleia Geral, será de forma híbrida na data de 16 de abril do ano corrente, na Av. Rio Branco, n.º 124 - Clube de Engenharia.

Com a palavra o presidente Sr. João Ricardo, solicitou a abertura de vacância do bloco 3 para a próxima reunião integrada do Comitê. Logo, o Sr. Licínio M. Rogério opinou ser um item para a revisão do Regimento Interno deste Comitê de Monitoramento. Em seguida, sugeriu como assunto de pauta para a próxima reunião: **1 – Vacância; e 2 - Faltantes dos membros nas reuniões.**

Sr. Licínio M. Rogério, solicitou que ao fazer a convocação da reunião integrada mensal, se informasse a vestimenta adequada conforme o local da reunião, pois, uma senhora foi impossibilitada de participar da reunião por não estar com as vestimentas considerada apropriadas mesmo em um dia ensolarado e caloroso.

Nada mais havendo a tratar nos termos da pauta previamente estabelecida, o presidente Licínio M. Rogério, agradeceu a honrosa presença de todos os presentes, declarando encerrada a presente reunião às 17h.

Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2024



Licínio M. Rogério

Presidente do Bloco 1

EDUARDO

Assinado de forma digital por

FIGUEIRA:82264155787

EDUARDO FIGUEIRA:82264155787
Dados: 2024.02.08 16:49:53 -03'00'

Eduardo Figueira

Presidente do Bloco 2



João Ricardo de Mattos

Presidente do Bloco 3

Documento assinado digitalmente

gov.br

ADRIANA SOTERO MARTINS

Data: 07/02/2024 21:27:25-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Adriana Sotero Martins

Presidente do Bloco 4